

ACADEMIA DE MEDICINA DE SÃO PAULO

Posse da nova diretoria

Guido Arturo Palomba



Ao assumir a presidência desta vetusta Casa, volto todos os meus sentidos a sua história, por entender que o futuro é o resultado do presente, presente que se alimenta continuamente do passado e, quanto mais dele se nutre, mais solidamente o transcende. Ou seja, entendo que o futuro é a tradição em marcha.

Assim, olhando para a frente e caminhando pelo tempo, chego ao 7 de março de 1895, dia da fundação deste sodalício, há exatos 108 anos e cinco dias, e o vejo totalmente iluminado pela magia que envolve os seus fun-

dadores. Entre os presentes, Carlos Botelho, Sergio Meira, Guilherme Ellis (pai), Candido Espinheira, Evaristo da Veiga, Arnaldo Vieira de Carvalho, cabendo a Luiz Pereira Barreto a primeira presidência da novel Instituição.

Continuando a rápida incursão ao passado da nossa Academia, contemplo as sucessivas gerações de médicos, uma após outra, e nelas estão as figuras mais exponenciais da arte e da ciência de São Lucas.

Quanto à presidência desta Casa, lugar que ora tenho a honra de ocupar, procurarei seguir com fidelidade os ideais

imorredouros dos mestres que me antecederam, verdadeiros paradigmas para todas as gerações. Na primeira década de existência, a Academia de Medicina de São Paulo foi presidida pelo condestável Arnaldo Vieira de Carvalho, Bernardo de Magalhães, Rubião Meira e Diogo de Faria; na segunda década quem a conduziu, entre outros, foram, novamente Arnaldo Vieira de Carvalho, Rubião Meira, Synésio Rangel Pestana e Nicolau Moraes Barros. Na terceira década, afirmam e confirmam os desígnios da Entidade o grande Celestino Bourroul,

Diretoria eleita para o biênio 2003-2004

Diretoria Executiva

Presidente – Guido Arturo Palomba
 Presidente Eleito – Luiz Fernando Pinheiro Franco
 Secretário Geral – Alexandre Gabriel Júnior
 Secretário Adjunto – Ceci Mendes Carvalho Lopes
 Primeiro Tesoureiro – Rui Telles Pereira
 Segundo Tesoureiro – Celso Carlos de Campos Guerra

Comissão de Patrimônio

Irany Novah Moraes
 José Rodrigues Louzã
 Mario Ramos de Oliveira
 Salvador José de Toledo Arruda Amato

Comissão Científica

Antonio Carlos Lopes
 Antonio Carlos Zanini
 José Luiz Gomes do Amaral
 Marisa Campos Moraes Amato
 Rozeane Luppino
 Wiliam Habib Chahade

Assessoria de Novas Idéias

José Antonio Franchini Ramires
 Juarez Moraes Avelar
 Roberto Godoy
 Yvonne Capuano

Delphino Pinheiro de Ulhoa Cintra, Américo Brasiliense, José Ayres Netto. Na quarta, entre outros gigantes da Medicina, Cantídio de Moura Campos, Antonio de Almeida Prado, Antonio Carlos Pacheco e Silva, e pela segunda vez José Ayres Netto. Na quinta década, vários vultos sagrados foram presidentes desta Casa: Flaminio Fávero, Jairo de Almeida Ramos, Moura Campos, Mesquita Sampaio e novamente o médico santo Celestino Bourroul.

Na sexta: Benedicto Montenegro, Eurico Branco Ribeiro, Alípio Corrêa Netto e, a primeira mulher na presidência, Carmem Escobar Pires.

Na sétima década, foram presidentes Carlos da Silva Lacaz, Oscar Monteiro de Barros, Mario Ramos de Oliveira, Adherbal Tolosa.

Na oitava: Joamel Bruno de Mello, Durval Rosa Borges.

Na nona, Antonio Spina França Neto e Irany Novah Moraes.

Na décima, no centenário da Academia, era seu presidente Raul Marino Júnior.

E agora, nesta décima primeira década da fundação da Academia de Medicina de São Paulo, com muito respeito e determinação recebo o vetusto bastão de comando das mãos de Salvador José de Toledo Arruda Amato, ao mesmo tempo que levanto as mãos ao céu e peço a Deus que ilumine meus passos, para que consiga fazer o melhor em união e em harmonia, porque tenho sempre presente que na essência da vida desses adamastores que me antecederam está o espírito de cooperação e de fraternidade.

Dentro desse princípio, sem distinção, apelo para que, juntos, sob a marca do interesse geral e do desprendimento, tentemos por todos os meios dar amplo sentido ao espírito acadêmico. Muito sensibilizado, nesta bela noite de hoje, para mim inesquecível, agradeço a colaboração de todos.

Guido Arturo Palomba

CONVERSA

Hudson Hübner França

Puxei a cadeira
 mais junto do silêncio
 pra poder conversar.

Batemos um papo tranqüilo,
 sem pressa,
 devagar,
 com longos vazios encompridando o assunto.

Não chegamos a conclusão.
 Não houve, sequer,
 discussão,
 pois eu sentia
 que,
 pras coisas que ele dizia,
 a palavra que eu tinha era pouca,
 pálida, frouxa, inadequada,
 e,
 praticamente,
 não valia nada.

Março, 1984

Hudson Hübner França

As primeiras enfermeiras

Yvonne Capuano

Com o avançar dos tempos, muitos nomes femininos foram desprezados ou relegados ao esquecimento. Verdadeiras heroínas brasileiras permaneceram no anonimato, apesar de se ter envolvido, direta ou indiretamente, com movimentos patrióticos e causas idealistas. Outras ficaram conhecidas e mereceram o respeito dos seus contemporâneos ou das gerações futuras. É o caso das figuras humanitárias de Francisca de Sande e Ana Néri.

Sobre Francisca de Sande pouco se sabe. Nascida na Bahia, em data indeterminada, filha dos portugueses abastados Francisco Fernandes e Clara de Sande, teve infância e juventude privilegiadas.

Recusando-se a seguir a carreira religiosa, como era costume na época, casou-se com o mestre-de-campo Nicolau Aranha Pacheco. Francisca enviuvou em pouco tempo e, em 1670, já se dedicava a causas nobres.

Quando a epidemia de febre amarela devastou a população nordestina (em 1680 e 1694), matando milhares de pessoas, esforçou-se ela no atendimento aos doentes. Os médicos eram escassos no país e os que atendiam tinham poucos recursos para o tratamento dos pacientes, pois não havia medicamentos que aliviassem os sintomas provocados pela moléstia.

Sem receio de contaminar-se, saía pelas ruas, seguida por escravos, recolhendo doentes. Levava-os para sua casa, cujos vastos cômodos transformara em enfermaria. Quando os hospitais lotavam, os doentes eram transportados para lá, a fim de receber alimentação e medicamentos que ela própria manipulava. Com a mesma coragem, providenciava o sepultamento das vítimas, sem preocupar-se com recompensas ou agradecimentos.

Informado de tamanha abnegação, o rei de Portugal escreveu-lhe para agradecer o altruísmo com que auxiliava os doentes, num reconhecimento público de seus méritos.

Ao morrer, em 21 de abril de 1702, Francisca de Sande afirmou sentir-se feliz por cumprir seu dever de cidadã, servindo à pátria e aos mais necessitados.

Considerada pelos historiadores a primeira enfermeira voluntária do Brasil, Ana Justina Ferreira Néri nasceu em 13 de dezembro de 1814 (alguns biógrafos consideram-na nascida em data imprecisa, em 1815) na Vila da Cachoeira do Sul do Paraguaçu ou Vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, Bahia, na antiga Rua da Matriz, atualmente Ana Néri.

Filha de Luísa Maria das Virgens e José Ferreira de Jesus, casou-se com um oficial da Marinha, o capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri, com quem teve três filhos: Isidoro Antônio, Antônio Pedro e Justiniano. Em 1844, com o falecimento do marido a bordo do brigue *Três de Maio*, no Maranhão, Ana passou a dedicar-se a ações sociais.

Sentiu-se realizada quando Isidoro Antônio e Justiniano decidiram formar-se em medicina, e Pedro Antônio optou por seguir a carreira militar.

Ao eclodir a Guerra do Paraguai, em 1864, a família residia em Salvador. Além dos irmãos de Ana Néri, os tenentes-coronéis Manuel Jerônimo Ferreira e Joaquim Maurício Ferreira, seus três filhos resolveram partir para a luta. O amor à pátria suplantou o materno, ao apoiar a decisão dos jovens em defesa do país.

Com 50 anos, movida pelos mesmos sentimentos patrióticos, ofereceu-se ela para acompanhar as tropas e dedicar-se aos feridos, jurando somente regressar quando os correligionários vencessem o inimigo.

Em 8 de agosto de 1865, certa da resolução tomada, enviou um ofício ao presidente da província, solicitando integrar-se às tropas como enfermeira. Os filhos já se encontravam lutando no Paraguai e Ana Néri pretendia, ao lado deles, defender a pátria. Ao formar-se um exército de voluntários, e sem mesmo esperar resposta à solicitação, partiu para a guerra em 13 de agosto de 1865. Já se encontrava na frente de batalha quando recebeu a nomeação de enfermeira para servir no Paraguai.

A atuação de Ana Néri entre os feridos foi incansável. Desdobrou-se como enfermeira, ministrando medicamentos e proporcionando alívio e

conforto aos doentes. Assistiu-os em Corrientes, Humaitá e Assunção. Sua abnegação aumentou ao receber a notícia da morte do filho Justiniano, em combate. Ao invés de ficar revoltada, abençoou-o pelo idealismo e pelo dever cumprido.

Ana Néri lutou por aproximadamente cinco anos, retornando à Bahia em 5 de julho de 1870, no vapor *Arino*. Vinha acompanhada de três órfãos de soldados mortos, que educou como seus filhos. Chamada *mãe dos brasileiros* pelos soldados da campanha, justificou plenamente, pelas atitudes solidárias, esse tributo.

Ao aportar no Rio de Janeiro, recebeu grandes homenagens. Por onde passava era aclamada pelo povo. As senhoras baianas que moravam na capital homenagearam-na com uma coroa de ouro em que estava gravado: *A heroína da caridade, as baianas agradecidas*. Essa peça pertence hoje ao acervo do Museu do Estado da Bahia. Honraram-na também com um álbum no qual constava a seguinte dedicatória: *Tributo de admiração à caridosa baiana por damas patriotas*. Seu retrato, pintado a óleo por Vitor Meireles, em tamanho natural, ficou exposto na sede da Cruz Vermelha Brasileira, como prova de gratidão.

O imperador d. Pedro II concedeu-lhe pensão de 1 conto e 200 anuais, condecorando-a com a *Medalha Humanitária* e a *Medalha da Campanha do Paraguai*. A República, mais tarde, também lhe rendeu homenagens: o nome Ana Néri foi dado à primeira Escola de Enfermagem oficializada pelo governo federal, em 1923, pertencente à Universidade do Brasil.

Ana Néri faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1880, aos 66 anos, e está enterrada no Cemitério São Francisco Xavier.

Francisca de Sande e Ana Néri, cada qual a seu modo, dignificam as mulheres brasileiras e merecem o nosso aplauso e gratidão.

Yvonne Capuano

Médica, membro da Academia Paulista de História e da Academia de Medicina de São Paulo

Ainda sobre maioridade penal

Paulo José da Costa Júnior

Parece chegada a hora de ser reduzida a maioridade penal para 16 anos. A maioridade civil foi reduzida de 21 para 18. E a maioridade penal, para acompanhar a nova realidade social, deve baixar de 18 para 16 anos.

No já longínquo 1940, data da elaboração do Código Penal, estabeleceu-se que somente aos 18 anos de idade o menor teria a capacidade de entender o caráter criminoso do fato e de autodeterminar-se de acordo com ela. Em 1940, tal presunção normativa poderia ser considerada razoável. Mas em 2003 a realidade é bem outra, tamanho o progresso da tecnologia que compactou o mundo por meio da informática, do telefone celular, das viagens espaciais e de tantos novos meios de transporte e comunicação. O mundo é inteiramente diverso.

De há muito que propugno pela redução do limite da maioridade penal. Em 1968, o Instituto Latino de Criminologia da ONU, entidade que presidi em São Paulo, promoveu uma série de conferências que se realizaram na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Lá realizei uma conferência sobre o tema, sustentando com veemência a tese da conveniência e oportunidade da redução da maioridade penal. Na ocasião fui saudado pelo então acadêmico José Carlos Dias, que era o orador do Centro Acadêmico XI de Agosto.

O ministro Nelson Hungria, o maior penalista de que já se teve notícia, combateu na oportunidade a minha tese, com a sua habitual veemência. Houve apartes recíprocos, sem que se chegasse a um acordo.

Terminada a conferência, achava-me à porta da faculdade, conversando

descontraidamente com colegas e amigos, quando o grande Hungria bateu carinhosamente em meu ombro para anunciar a seguir:

– Paulo, vou mudar meu projeto de reforma, reduzindo a maioridade penal em certos casos.

De fato o fez, aceitando a redução sempre que o acusado revelasse “suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter criminoso do fato e determinar-se de acordo com esse entendimento”.

O Código Penal Militar, em seu art. 50, adotou a possível redução da maioridade, já que o Código Penal, apesar de aprovado, não chegou a entrar em vigor. O Código Penal de 1969 adotava tal posição, que facultava ao juiz, no caso concreto, após o exame das condições cognitivas e volitivas do réu, decidir sobre a conveniência da aplicação da lei penal ao menor.

A grande função da pena é a intimidação – *Punitur ut ne peccetur*. O menor de 16 anos não se intimida diante da lei penal, porque esta não o atinge. Somente as brandas sanções do Estatuto da Infância e da Adolescência irão atingi-lo. E o menor de 16 ou 17 anos, por mais grave que seja o crime perpetrado, latrocínio ou estupro, ficará privado de sua liberdade por um período máximo de três anos.

Necessário se faz que os delinquentes dessa faixa etária, de 16 a 18 anos de idade, bastante numerosos, de vasto potencial ofensivo, sejam punidos. A defesa social tem o direito de puni-los e de afastá-los da sociedade que tanto agrediram e prejudicaram.

Muitos anos se passaram, mais de trinta. As profundas transformações que caracterizam o mundo moderno invadiram inclusive os barracos. O jo-

vem brasileiro amadureceu sensivelmente. A criança de 14 anos de 1940 tornou-se o adolescente de 2003. E o menino de 16 anos de 1940 transmutou-se no jovem de 2003.

Tais fatos são indiscutíveis. Numa mesma família os filhos de 12, 14 ou 16 anos apresentam diferenças sensíveis, tamanha a celeridade da marcha da maturação psicológica. Nos anos 40, não se concebia que a menina de 14 anos fosse a uma festa desacompanhada, à noite. Hoje, o fato se tornou corriqueiro, tão mais ampla a liberdade, já que a menina-moça dessa idade, muito freqüentemente, já iniciou sua vida sexual.

A moderna tendência é o estabelecimento da maioridade penal aos 16 anos. Na América do Sul, é o que estabelecem os códigos penais chileno (art. 10º) o boliviano (art. 5º) e o cubano (art. 16).

O código penal russo (art. 16) e o chinês (art. 14) igualmente fixam a responsabilidade penal aos 16 anos, podendo ser reduzida para 14 anos nos crimes de homicídio, lesões graves, roubos ou outros delitos de igual gravidade.

O código italiano estabeleceu a responsabilidade penal aos 14 anos e o código francês, de recente edição (1992), reduziu a maioridade penal para os 13 anos, o que parece demasiado.

O código etíope, cuja elaboração se deve a Marc Ancel, em seu art. 53, fixou a responsabilidade penal aos 15 anos.

O direito comparado, como se vê, autoriza e estimula a redução.

Propugnamos, entretanto, que seja aplicada uma redução obrigatória, de um terço até metade, para os delinquentes menores de 21 anos de idade, como no art. 50 do Código Penal Militar.

Não só. Concomitantemente à redução do patamar etário, impõe-se que a execução da pena, nos casos dos menores de 21 anos, ocorra em condições especiais, como propõe Luiz Luisi. A pena para os menores, que deverão cumpri-la em estabelecimentos penais apartados dos maiores, haverá de ser eminentemente reeducativa. Vale dizer, acompanhada e centrada na laborterapia e ludoterapia.

Laborterapia porque a mente desocupada é a oficina do demônio.

A ludoterapia far-se-á essencialmente por meio dos esportes. E estes haverão de ser os mais violentos, boxe e futebol (preferencialmente o americano), para que os menores violentos descarreguem parte da sua agressividade na competição esportiva, sentindo-se, ao mesmo tempo, acolhidos por um ambiente formativo e menos hostil. Assim ocorria nos torneios da Idade Média. A agressividade era diminuída porque os escudos davam uma confortável sensação de proteção. A agressividade é decorrente, dentre outras causas, da sensação de vulnerabilidade a que estamos todos expostos, inclusive os menores infratores, com o incremento da violência no mundo moderno.

Com várias providências viáveis para a execução da pena em condições efetivamente reeducativas, estariam superadas as objeções daqueles que se opõem à redução, numa tentativa vã de proteger os pobres menores dos estabelecimentos penais.

Melhor são as Febems, com o Estatuto do Menor e do Adolescente, preconizam os adversários da redução, esquecidos da falência completa de tais institutos, que se transformaram em hostis e violentos depósitos de menores infratores. Neles a agressividade é multiplicada, já tendo se transformado em lugar comum a afirmação de que são efficientíssimas escolas de criminalidade, nas quais a ressocialização é uma falácia.

Não é mais possível sustentar, nos dias atuais, com as profundas trans-



formações no mundo da tecnologia e, especialmente no mundo dos valores, que o menor, somente aos 18 anos de idade, esteja apto a entender o caráter criminoso do ato que empreende.

Dizer, em pleno século XXI, que o menor de 16 anos não tem a suficiente maturidade para saber que sua conduta é delituosa é inaceitável. É intuitiva na formação moral do ser humano, mesmo daquele excluído do acesso à educação formal, a condenação ao latrocínio, ao seqüestro ou ao estupro. Vale dizer, sob o plano lógico e racional é de todo insustentável. Impõe-se, como medida de inteira justiça, chamar os menores de 16 anos a responder por seus atos criminais.

Um argumento final: afirma-se que todos são iguais perante a lei. Não é verdade. O menor de 16 anos, que pode votar, se praticar um crime eleitoral – e não está livre de cometê-lo – ficará impune, porque é irresponsável.

Inaceitável e absurda a situação posta pela lei pátria: o cidadão de 16 anos é maior perante o direito constitucional e menor diante do direito penal.

Impõe-se, de uma vez por todas, a redução da maioridade penal para 16 anos.

Paulo José da Costa Júnior

*Professor titular de direito penal
da Faculdade de Direito da USP
e livre-docente da Universidade de Roma*



O jogo de basquete

M.I. Rollemberg

Aquele ano fora repleto de emoções. Finalmente, a estrada de ferro Douradense chegava até à cidade, com as esperanças do progresso tão almejado. Para empalidecer aquele ambiente festivo, o mundo assistia ao início do maior conflito da história: a Segunda Guerra Mundial. As notícias chegavam esparsas e atrasadas. Os raros rádios eram pouco potentes e o que se ouvia muito era a famosa "estática", um chiado infernal. Nas ondas longas e médias nem pensar. Já à noite, em ondas curtas, conseguia-se com bons amplificadores "pegar" as emissoras do exterior. Entre nós pontificava a Radio Nacional do Rio de Janeiro. Com a extensão do conflito, houve a proibição de ouvir-se emissoras estrangeiras. Quem fosse pilhado, tinha seu rádio apreendido, uma solene multa e o risco de um processo de quinta-coluna.

Nessa época, papai comprou um rádio Philips inglês, potente, que funcionava até hoje. Ali podia-se ouvir o mundo inteiro. Havia programas especiais em português, dos quais um dos mais famosos era o da BBC de Londres. Aliás, essa emissora colocou o mundo a par do conflito em todos os recantos.

Na cidade, o Ginásio Florence iniciava suas atividades e seu fundador, o idealista Mário Florence, procurou dotá-lo dos mais modernos equipamentos, inclusive uma quadra oficial de basquete. Com seu espírito inovador, incentivou um pequeno grupo a praticar o esporte dos americanos. Porém, além de nunca ter tido contato com tal esporte, sem técnico, tinham imensa dificuldade de assimilá-lo. Conseguiram com dificuldade organizar duas equipes e fazer entre elas disputas periódicas. Os resultados eram um pouco frustrantes: 4 x 3, 7 x 4, este nos melhores dias.

A partida estava sendo ansiosamente aguardada. Pela primeira vez uma equipe feminina da cidade iria se defrontar exatamente com Itápolis. A enorme rivalidade dos campos de futebol transportava-se agora para a quadra de bas-

quete. Na época ainda se usava a grafia original, basket ball. Foram semanas de preparativos, em que a ansiedade ia num crescendo à proporção que se aproximava o domingo decisivo. Na equipe local pontificavam a Nazira, Waldice, Nuronibar, as irmãs Casquette, Nizinha, Julita e outras mais. Nas hostes itapolitanas as irmãs La Laina tinham destaque especial. Altas, loiras, eram tidas como imbatíveis.

No sábado as meninas nem conseguiram dormir. Era muita emoção. Entre os rapazes havia uma expectativa muito grande. Afinal de contas, iriam ver aquelas beldades de calção. A excitação parecia não ter limites.

Tudo começou quando alguns rapazes foram estudar no Diocesano de Campinas. Ao visitar seus parentes nas férias, propuseram um jogo com os locais. Foi um massacre. Os alunos jogavam com uma técnica primorosa: Namam, Gininho, Ucha Armel, Jamil – "o garoto de ferro". A Segunda Guerra Mundial havia recém-terminado e por sugestão da então popular cruz de ferro, o termo estava muito em voga. Quando começaram o "baile", o pessoal da terrinha nem conseguia pegar na bola. Desarmavam com precisão, marcavam sem folga e a cada descida era uma cesta. O Jamil, com seus malabarismos, colocava a bola em torno do corpo e quando menos se esperava a bola podia sair pela frente, pelos lados ou pelas costas. Era na verdade a grande sensação.

Por que então não formar um time feminino? Da idéia para a prática foi um pulo. As alunas do Ginásio Florence, excitadíssimas, dedicaram-se de corpo e alma à nobre missão.

De início a grande decepção. Os calções eram do tipo bufantes, com uma "boca" de elástico, que prendia abaixo dos joelhos. Quem pretendia ver aquelas coxas maravilhosas, tantas vezes sonhadas nos locais mais escusos, viu seus sonhos desvanecerem-se. Mas restava ainda a partida, que se afigurava memorável. Iríamos dar uma lição naquela gente pretensiosa de Itápolis.

Nem bem começou o jogo e a Maria Íris já se atracava com uma das irmãs La Laina, sem deixarem de segurar a bola, como se fosse sua propriedade, apesar de o juiz já ter interrompido como bola presa. Trocaram os primeiros desaforos e muitos (eu não vi) disseram ter visto a Íris puxar os cabelos da adversária. Serenados os ânimos, a bola foi posta em jogo e continuou aquela luta infernal que mais parecia uma batalha campal, pois não era raro as disputas terminarem com as meninas se esborrachando no chão. Onde estava a bola, lá se encontravam as dez jogadoras. O nervosismo ia num crescendo: bola de um lado, ataque do outro. A torcida totalmente absorta com os lances cada vez mais dramáticos. E a bola não entrava. Alguém com problemas cardíacos teria sucumbido. Dava a impressão que o aro fosse menor que a bola. Um dos assistentes chegou a levantar a terrível hipótese: "não seria uma sabotagem?" Mas aquilo não ficaria assim. As meninas briosas (parece até coisa do Felipão) não se deixavam abater. A tensão da quadra se espraiava por toda aquela multidão, que, mesmo em pé, ansiava pela vitória local. A quadra lotada. Uns calculavam em umas 27 pessoas, outras mais otimistas chegavam afirmar ser 29 ou talvez mais espectadores. Um recorde. Já no apagar das luzes, com a Íris totalmente desgrenhada e espumando, as irmãs La Laina irreconhecíveis, quando parecia que o empate seria o resultado final, eis que a Nazira num lance inesperado e perfeito conseguiu fazer a cesta vitoriosa. Não havia tempo para mais nada. Finalmente Itápolis estava inapelavelmente batida diante daquele placar insofismável, Novo Horizonte: 2 (dois) x Itápolis: 0 (zero). É zero mesmo. Parecia até resultado de futebol, mas foi o placar final daquele histórico primeiro encontro entre as duas cidades.

M.I. Rollemberg
Médico-cirurgião

QUE FIZESTE, CABRAL?

Paulo Bomfim

Às quintas-feiras, terminada a sessão da Academia Paulista de Letras, os acadêmicos Milton Vargas e Erwin Theodor se revezam dando uma carona, já tradicional, ao autor destas lembranças.

Ao passarmos pela esquina das ruas Bento Freitas com Santa Isabel, as recordações se deitam num casarão em ruínas, onde existiu, na década de 40, a pensão alegre de dona Clara. Quantas noites um jovem poeta adormeceu ali, nos braços de suas damas das camélias!

Pela manhã, era sempre acordado pelo bedel Buriti, que batia à porta do quarto a mando do professor Colombo de Almeida, gritando: "Acorda 'seus' Paulinho, a aula do Osvaldo Cruz vai começar!"

Na outra esquina, o colégio funcionava exatamente no local onde existira, até há bem pouco tempo, a sede da chácara do governador das armas da província, tenente-general José Arouche de Toledo Redon. Foi aí que ocorreu a festa de casamento do conselheiro Prudêncio Giralde Tavares da Veiga Cabral com sua filha, dona Maria Benedita Redon, sobrinha das "meninas da casa verde," cuja residência daria nome a um bairro.

Terminada a recepção, a noiva se dirige para a alcova nupcial enquanto o marido, perambulando pelo casarão, de braços levantados para o céu, vai gritando pelas salas já vazias de convidados: "Que fizeste, Cabral? Que fizeste, Cabral?"

Em seguida, sai correndo na direção do Largo dos Curros e desaparece na garoa da madrugada paulistana, para não mais voltar.

A imprudência de Prudêncio estoura como uma bomba na pacata Paulicéia.

Ferve de comentários a Academia de Direito com esse escândalo que envolvia um lente da casa com a filha de seu diretor.

A noiva propõe ação contra o noivo que foi julgada pelo Tribunal na parte civil, sendo o casamento religioso anulado pelo Papa.

Maria Benedita e Prudêncio terminaram seus dias solteiros. Cabral jubila-se na faculdade pelo Decreto de 22 de janeiro de 1861, falecendo no ano seguinte.

Quando passo pelo Ibirapuera, em frente à estátua do descobridor do Brasil, sofro sempre a tentação de gritar também aquelas palavras proferidas na chácara do Arouche:

- Que fizeste, Cabral? Que fizeste, Cabral?

PENSAMENTOS

Afif Sadf

Meu coração se tranqüiliza frente a sua imagem
Minha angustia desaparece quando minh'alma se aquieta

Posso ver a luz no seu rosto límpido e mesmo sem vê-lo sinto-o suave.

Enamorei-me, o amor veio rápido; andou por terras, mares em refregas;

Segui-o sem cessar; ele partiu, súbito voltou e levou-me consigo.

Fiquei no tempo e no espaço levitando

Afoguei-me em meus pensamentos

Ingeri beberagens tormentosas

Nada senti, não me amedrontei

Somente o amor me consumia.

Estamos juntos, entrelaçados

Vez ou outra, nada falamos

As palavras cerceiam no êxtase

Por vezes um único sussurro

Ascende à fornalha amorosa, ao erotismo.

Continuo confuso e atormentado

Lamento sua ausência, na distância consentida

O tempo corrói, nesse hiato, o coração, a alma e, em estertores, desfigura a vida com sulcos indeléveis.

Caminho pelo mundo, movo céu e terra

Sou emoção, sou alma, sou lembrança do passado

Vou à procura do amor peregrino; encontro-o, sorvo-o;

desaparece; é uma gota do meu oceano que se abriga no nicho da minha alma.

Procuro-a em desespero

Vejo longe uma sombra

Não vejo o rosto da amada

Caminho ao infinito

Consome-me essa fadiga

Eu fui, mas não sou mais

Embriago-me, desapareço no espaço

Recobro-me no desconhecido

Tudo claro, tudo luz, diverso

Apenas minha mente vê seu rosto

Tudo recomeça impulsionado pela engrenagem do AMOR.

ALDIR, O COLORISTA

Guido Arturo Palomba

Ao entrar no Masp Centro, no vernissage de Aldir Mendes de Souza, por ocasião dos 40 anos de sua pintura, fiquei impressionado com a quantidade de cores, a infinidade de tons e a qualidade das combinações, capazes de arrancar sinceras expressões, como estas que escutei: "nossa, tem quadros maravilhosos!"; "que coisa linda!"; "olha essa variedade de lilás com amarelo, e de rosa com ocre, tudo junto!"; "veja aquele ali: parece uma imensa explosão de verdes, e de azuis, e de vermelhos"; "que amarelos!"; "Nossa, esse Aldir é muito louco!", exclamou um jovem intelectual que, certamente, pelo *spavento*, estava em estado de graça, graças às cores e à geometria dinâmica utilizada no espaço pintado. Esse dinamismo gráfico parece que sempre é dado por um fenômeno da natureza: um vento, uma grande explosão, um buraco negro, forças magnéticas.

A geometria que compõe os quadros de Aldir, muito interessante, é debuxada, em última análise, apenas para servir de veículo e de suporte para o pigmento, que são aplicados às telas em pinceladas complexas, com toques rítmicos, certamente para extrair o máximo das tintas (por ele "cozidas"). Aldir é um excepcional colorista. Sim, excepcional colorista, entre os três maiores do Brasil.

A exposição "Aldir - 40 Anos de Pintura - 1962-2002" encerrar-se-á em meados de maio. Está no Masp Centro, na Praça Patriarca, sem número (Galeria Prestes Maia), de segunda-feira a sábado, das 10 às 17 horas. Recomenda-se aos que apreciam cores em movimento.



Buraco Negro-Amarelo, óleo sobre tela, 2002 (1,40x1,10m)

Guido Arturo Palomba

*Diretor cultural
da Associação Paulista de Medicina*

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Guido Arturo Palomba – **Diretor Adjunto:** Alfredo de Freitas Santos Filho

Conselho Cultural: Duílio Crispim Farina [presidente (*in memoriam*)] / Carlos Alberto Salvatore / Antônio Valdemar Tosi / Marisa Campos M. Amato / Rui Telles Pereira / Yvonne Capuano / João Marques Teixeira

Cinematheca: Wimer Botura Júnior – **Pinacoteca:** Aldir Mendes de Souza

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany – **Coordenação Musical:** Dartiu Xavier da Silveira